

Relatório Final de Iniciação Científica - 2018

1. Identificação

Projeto: A Crise da Democracia Brasileira e os Rumos da Participação Institucional

Bolsista: Ana Paula Graciano Palacio - R.A.: 163941

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Luciana Ferreira Tatagiba

Local de execução: Campinas-SP

Vigência: Agosto de 2017 a Julho de 2018

2. Introdução

O presente projeto se insere em uma agenda de pesquisa mais ampla desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (NEPAC), acerca da trajetória da democracia no Brasil, tendo como enfoque e objetivo a produção de conhecimento sobre o funcionamento das instituições participativas no contexto pós-impeachment. Para isto, foi criado um banco de dados que mapeou tanto a produção acadêmica de Núcleos de Estudos quanto às publicações realizadas nos sites de alguns Conselhos Nacionais de Políticas Públicas e seus respectivos *blogs*.

Com a coleta das publicações de todos esses *sites*, foi possível a construção de um amplo banco de dados, sobre o qual foi feita uma análise de conteúdo das publicações, visando discernir os diferentes assuntos que foram tratados, quais seus direcionamentos, se foram realizados posicionamentos diante do contexto de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, ou se não houveram manifestações de opiniões explícitas, se restringindo apenas a questões burocráticas (no caso dos Conselhos Nacionais, especificamente).

Após esta análise, foi possível aprender - mesmo que de forma ainda parcial - como os Conselhos Nacionais de políticas públicas estão se manifestando publicamente em um contexto adverso para a construção de políticas públicas. Foi possível também apreender quais as tendências atuais de pesquisadores da área de estudos em Instituições Participativas e Democracia de diversos lugares do país.

3. Materiais e Métodos

Foram realizados:

1. A construção de um banco de dados em plataforma *cloud* (através do *Google Docs*), que pode ser acessado através do seguinte link: Disponível em: <<https://goo.gl/Dsut4k>> (Acesso em: 12/08/2018). O banco foi realizado dentro de uma planilha de código aberto (isto é, pode ser baixado em diversos formatos), em que cada pasta representa um Conselho, *blog* ou núcleo. As divisórias dentro de cada pasta separam as publicações por data, com título e respectivos *links* para acesso (quando estes existiam).
2. O mapeamento, dentro do banco, das publicações dos *sites* dos seguintes Conselhos Nacionais; Saúde; Criança e Adolescente; Assistência Social (e os *blogs* MaisSuas e o *blog* do CNAS, criados por membros dele); Segurança Alimentar e Meio Ambiente.

Fontes:

Conselho Nacional de Saúde (CNS): <<http://conselho.saude.gov.br/>>

Blog MaisSuas: <<https://maissuas.org/>>

Conselho Nacional da Criança e Adolescente:
<<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda>>

Conselho Nacional de Assistência Social: <<http://www.mds.gov.br/cnas>>

Blog do CNAS: <<https://blogcnas.org/>>

Conselho Nacional de Segurança Alimentar: <<http://www4.planalto.gov.br/consea>>

Conselho Nacional do Meio Ambiente: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/>>

A maneira com que o conteúdo de cada site foi recolhido dependeu de seu formato. A

imensa maioria foi feita manualmente, um por um. Utilizei de alguns códigos de programação no *Microsoft Word* e algumas ferramentas de formatação dentro do *Google Planilhas*. Nos *blogs*, por sua vez, optei por copiar notícia por notícia manualmente, dadas dificuldades quanto ao formato dos sites, por isso, o período escolhido para mapeamento foi apenas dentro do ano de 2018.

3. O monitoramento da produção acadêmica (dissertações, teses, artigos, seminários, eventos) tanto a partir do site (através do mesmo método feito nos sites dos Conselhos) quanto dos currículos *LATTES* dos pesquisadores dos seguintes grupos de pesquisa que estudam, entre outros temas, as instituições participativas :

Projeto Procad Participação Política < <http://participacaopolitica.cfh.ufsc.br/>>

Núcleo de Pesquisa e Participação Política (NUPPOL) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) <<https://www.facebook.com/nuppol>>

Núcleo de Democracia e Ação Coletiva do Cebrap (NDAC) <<http://cebrap.org.br/nucleos/nucleo-democracia-e-acao-coletiva/>>

Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) <<https://www.ufrgs.br/gpace/pt/>>

Núcleo de Participação e Democracia (NUPAD) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) <<https://www.facebook.com/people/Nupad-Ufes/100010796469158>>

Repensando as Relações entre Estado e Sociedade (RESOCIE) da Universidade de Brasília (UNB) <<http://ipol.unb.br/pesquisa/resocie>>

Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) <<http://npms.cfh.ufsc.br/>>

Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais (Nemos) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Núcleo de Estudos em Estado-Sociedade e Políticas Públicas (NESPP) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Instituto da Democracia (INCT) <<https://www.institutodademocracia.org/>>

Participação em Foco, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) <<http://www.ipea.gov.br/participacao/>>

Observatório de Políticas Públicas (OPP), da Universidade Federal de Lavras (UFLA) <<https://observatorioppufla.wordpress.com/>>

Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demode), da Universidade de Brasília (UNB) <<http://www.demode.unb.br/>>

Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (NEPAC), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) <<https://www.nepac.ifch.unicamp.br/>>.

O período escolhido para a coleta dos dados foi de janeiro de 2015 a julho de 2018, com o objetivo de realizar uma análise desde o período pré-impeachment, até a atualidade.

4. Resultados

Sobre os dados recolhidos, é possível separar, dentro dos sites dos Conselhos, três categorias: uma, dos que realizaram apenas publicações ligadas a questões burocráticas de funcionamento dos mesmos (como, por exemplo, atas de reuniões e comissões); a segunda, dos que apenas postaram e/ou replicavam notícias relacionadas à sua área de atuação, e a terceira, dos que produziram algum tipo de questionamento ou posicionamento em relação ao contexto político e ao governo, ao impeachment, etc.

Na primeira categoria, é possível enquadrar o CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) e o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Estes conselhos, além de publicarem pouco conteúdo quando comparados com os outros, fizeram apenas postagens relacionadas às questões burocráticas, não se posicionando quanto ao contexto político, que traz à tona o questionamento sobre a questão da própria função (teoricamente) dos Conselhos, que seria a interação entre a sociedade e as instituições. A falta de posicionamentos pode indicar também um *déficit* da participação dos mesmos na construção das políticas públicas. Este fato pode ser evidenciado, por exemplo, no caso do CNAS, no relatório apresentado pela pesquisadora Débora Rezende de Almeida na LASA (*Latin American Studies in a Globalized World* - Estudos Latino Americanos em um Mundo Globalizado) de 2018, em que alguns

membros do conselho foram entrevistados, e explicitaram a dificuldade de expressão de posicionamentos dentro das reuniões, alguns dos quais inclusive optaram pelo desligamento dos mesmos.



Gráfico 1: *Wordcloud* das trinta palavras mais citadas no banco, na seção do CNAS.

Já na segunda categoria, enquadra-se o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), cujas publicações são numerosas e frequentes, porém não se relacionam, em sua grande maioria, a algum posicionamento explícito diante da construção de políticas públicas, ato que foi realizado em escassas publicações. Além disso, o site só começou a publicar conteúdos a

partir de 2017, o que dificulta a análise do funcionamento do conselho, através de seu *site*, nos anos anteriores.

Por fim, na terceira categoria, pode-se integrar o CNS (Conselho Nacional da Saúde) e o CONANDA (Conselho Nacional da Criança e do Adolescente). O segundo com escassas publicações, que foram notas públicas realizadas no período de 2015 a 2016, e apresentam opiniões diversas diante, por exemplo, de Propostas de Emenda Constitucional (PECs). O primeiro, por sua vez, foi o que apresentou posicionamentos mais frequentes e explícitos, desde o ano de 2015 até o período atual. As publicações foram de cunho variado, desde notícias até posicionamentos, portanto há um número maior de postagens. No período de 2015 a 2017, mesclam-se notícias e notas de parecer sobre questões políticas. Porém, a partir de 2017, com a criação do site *SusConecta*, os posicionamentos foram cada vez mais frequentes e explícitos (o que talvez aconteça por ser uma plataforma separada do site próprio do Conselho, porém que é administrada pelos membros do mesmo, e que é *linkada* dentro de seu site), e avaliações do contexto do atual governo, tendo como objetivo (e isto é o que os próprios organizadores do site assinalam dentro da plataforma) a ampliação do contato com a sociedade civil, trazendo

questionamentos e conteúdos diversos relacionados ao Sistema Único de Saúde (SUS).



Gráfico 2: *Wordcloud* das trinta palavras mais citadas no banco, na seção do CNS.

Um evento que parece mobilizar distintos conselhos é a atual Emenda Constitucional (EC) 95, aprovada no dia 15/12/2016 no Senado Federal, que estabelece um novo regime fiscal que impede o aumento das despesas primárias nas áreas sociais, permitindo apenas correção inflacionária a cada ano. Os Conselhos que realizaram um posicionamento sobre a mesma, se manifestaram explicitamente de maneira contrária. Como, por exemplo, o CNAS realizou uma nota pública contra a PEC (que no momento em que a nota foi publicada, era de número 55/2016, que estava tramitando no Senado)¹; o CONSEA realizou também um manifesto

¹ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/capacitacao-e-boas-praticas/arquivos/nota-do-cnas-contraria-a-pec-241.pdf/download>. Acesso em: 13/08/2018.

contrário²; e o CNS, que se posicionou com uma Recomendação de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a PEC³.

Quanto aos *blogs*, o monitoramento só foi possível, até o presente momento, dentro do ano de 2018, por dificuldades técnicas em relação à coleta de dados. O blog *MaisSuas*, desconectado do site do Conselho (de Assistência Social), tem um espaço próprio de publicação e, assim, maior liberdade para a realização de deliberações - tanto que os criadores do blog não se apresentam enquanto membros do conselho, mas sim membros da sociedade civil, desassociando-se (ao menos de maneira pública) à organização própria do Conselho. As postagens apresentam opiniões explícitas quanto a contexto do governo atual, classificando-o inclusive como golpista. Pode-se encaixá-lo, portanto, na terceira categoria; a palavra golpe, além de aparecer frequentemente no corpo das notícias, está presente também, em quase todas as publicações, nas palavras-chave. Além disso, expressam-se vigorosamente contra diversas deliberações relacionadas a políticas públicas, como o corte de recursos.

Por outro lado, o *Blog do CNAS* realiza publicações que se encaixariam na primeira categoria. O escopo das postagens é formado por comunicados relacionados às reuniões, questões burocráticas do próprio conselho, etc. Portanto, não se diferencia muito do próprio site do conselho, demonstrando que este também é um espaço institucional do CNAS.

Vale lembrar que estas classificações visam uma separação que se dá no plano da teoria, e que alguns conselhos apresentam diferentes tipos de publicações, mas fiz a escolha de enquadrá-los tendo em vista o grupo para o qual a grande maioria das publicações aponta, realizando um encaixe que não dá conta de todos os aspectos da prática/realidade, que é muito mais ampla. Com a aprovação da continuidade deste projeto, será possível neste próximo ano, analisar e construir categorizações mais aprofundadas com os dados coletados até o momento.

Quanto à produção dos Núcleos de pesquisa e estudos, optou-se pela análise, além de seus respectivos sites, dos currículos *Lattes* dos pesquisadores, já que alguns não estavam

² Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/12/2016-nov.-Manifesto-da-Sociedade-Civil-do-Consea_Congresso-Nacional.pdf>. Acesso em: 13/08/2018.

³ Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2016/12dez20_CNS_recomenda_Acao_Direta_Inconstitucionalidade_PEC55.html>. Acesso em: 13/08/2018.

atualizados até o presente momento. Foi possível perceber ampla análise dos protestos de junho de 2013, por terem sido, dentre outros motivos, movimentos sociais de amplo repertório e abrangência, em um momento de mobilizações por todo o Brasil, logo seus estudos tiveram diversos desdobramentos analíticos, que foram mobilizados em alguns dos artigos mapeados⁴. Outro tema que entrou em pauta foram as consequências do *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em termos participativos e institucionais, onde se abrange desde os próprios Conselhos Nacionais, até movimentos sociais⁵. Por fim, outro assunto que chamou a atenção foi a ampliação de uma onda de conservadorismo, principalmente em artigos mais recentes (dentro do período de 2017 a 2018), que pode ser vista como um entrave na ampliação da participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas, dentre outros desdobramentos⁶.

⁴ Conforme pode ser observado em, por exemplo:

OKADO, L.; RIBEIRO, E. Condição juvenil e participação política no Brasil. *Paraná Eleitoral*, v. 4, p. 53-78, 2015. Disponível em:

<<http://participacaopolitica.cfh.ufsc.br/files/2016/07/tre-pr-parana-eleitoral-2015-volume-4-revista-1-artigo-2-lucas-toshiaki-archangelo-okado.pdf>> Acesso em: 13/08/2018.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian . Personalidade e protesto político na América Latina: bases psicossociais da contestação. *Sociedade e Estado* (UnB. Impresso), v. 31, p. 373-402, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000200005>> Acesso em: 13/08/2018.

DOWBOR, MONIKA. Perspectiva relacional nos estudos de movimentos sociais, protestos e organizações. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ONLINE)*, v. 32, p. 01-6, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17666/329517/2017>> Acesso em: 13/08/2018.

⁵ Conforme disponível em, por exemplo:

AVRITZER, LEONARDO. The Rousseff impeachment and the crisis of democracy in Brazil. *Critical Policy Studies*, v. 11, p. 352-357, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17666/329502/2017>> Acesso em: 13/08/2018.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, M. ; ALBUQUERQUE, M. C. . Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. *Civitas* (Porto Alegre), v. 17, p. 360-378, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15448/10.15448/1984-7289.2017.2.25925>>. Acesso em: 13/08/2018.

RIBEIRO, E. A. ; CARREIRAO, Y. S. ; BORBA, Julian . Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. *Opinio Publica*, v. 22, p. 603, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-62762016000300603&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 13/08/2018.

⁶ Assertivas que podem ser verificadas em:

AVRITZER, L.; MARONA, M. C. . A tensão entre soberania e instituições de controle na democracia brasileira.. *DADOS-REVISTA DE CIENCIAS SOCIAIS*, v. 60, p. 359-393, 2017.

ROMAO, W. M.. Reflexões sobre as dificuldades da implementação da participação institucional no Brasil. *Idéias - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP*, v. 6, p. 38-58, 2015.

Assim como nos estudos sobre as publicações dos conselhos nacionais, também em relação à produção acadêmica, será possível no próximo ano aprofundar as análises.

Neste primeiro ano de realização do projeto, foi possível constatar como a luta dos setores progressistas, na sociedade brasileira, nos partidos e no parlamento no ciclo de mobilizações pela democracia resultou em reformas institucionais que ampliaram de forma significativa o espaço para a influência dos cidadãos nos assuntos públicos, entre eles os Conselhos de Políticas Públicas. Em articulação com os aliados do campo político, os movimentos sociais conquistaram o direito de intervir nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, resultando ao final do ciclo em uma densa malha participativa que se estende sobre o Estado brasileiro (Teixeira, 2013).

A Constituição de 1988 no Brasil pode ser considerada como um marco na democracia do país, e conseqüente expansão da participação da sociedade na política. Com este advento, diversos grupos foram inseridos na construção de políticas públicas, e surgiram, a partir daí, diversos Conselhos Nacionais, instituições que passaram a servir como uma mediação entre sociedade e governo.

Em 2014, foram registrados 50 conselhos nacionais em funcionamento, em diversas áreas como saúde, educação, assistência social, criança e adolescente, segurança alimentar, idoso, cultura, igualdade racial, juventude, dentre várias outras. Além de comitês e comissões, também formalmente instituídos, como o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População de Rua. Todos esses espaços contam com representação de setores do estado e da sociedade e têm como objetivo auxiliar na formulação, controle e implementação das políticas públicas. Destaca-se também o avanço dos conselhos municipais: segundo dados do MUNIC/IBGE existem atualmente 62.611 conselhos municipais de diversas temáticas em todo o Brasil. Em algumas áreas os dados sobre cobertura são impressionantes, como nos casos dos conselhos de assistência social, saúde, conselhos tutelar, acompanhamento e controle do Fundeb, e conselhos da criança e adolescente, todos com taxa de cobertura acima de 90%.

Destaca-se ainda a participação da sociedade nas conferências realizadas nos níveis municipal, estadual e nacional. Entre 1989 e 2014 mais de 40 temas de políticas públicas foram objeto de debate nas conferências realizadas nos vários âmbitos da federação envolvendo um enorme contingente de pessoas. Durante o Governo Lula as conferências tiveram significativa

expansão, com a realização de 75 conferências nacionais, "em muitos casos, a realização das conferências atendeu a antigas reivindicações de movimentos e atores sociais e representou o resgate de dívidas históricas com determinados setores da sociedade" (SG/PR, 2014: 72). O cientista político Leonardo Avritzer calcula que nas etapas municipais, estaduais e nacionais, as conferências mobilizaram 6,5% da população brasileira (Avritzer, 2012). A também cientista política Thamy Pogrebinski destaca a influência das conferências sobre a agenda dos poderes executivo e legislativo no plano federal (2010).

Outro cientista político, Adrian Gurza Lavalle, constando os avanços e a institucionalização das instituições participativas no Brasil ao longo dos últimos 30 anos, afirma que, dada suas características e nível de institucionalização, a participação, hoje, configura como uma "feição institucional do Estado no Brasil". Afirma o pesquisador: "[a participação] tornou-se progressivamente, nos anos da pós-transição, parte da linguagem jurídica do Estado e atingiu patamares de institucionalização ímpares não apenas na história do país, mas em outras democracias" (2011:13).

Contudo, os estudos apontam que há diversos problemas no funcionamento das instituições participativas, seja no que se refere à questão do acesso dos setores mais pobres, a efetividade da participação sobre as políticas públicas, ou seu nível de conhecimento no interior da sociedade. Fora das comunidades de políticas é baixo o nível de conhecimento das instituições participativas.

É possível dizer que há uma inadequada apropriação/conhecimento tanto por parte da sociedade, quanto da mídia, quanto por parte do próprio Estado (judiciário, congresso, setores dentro do executivo, funcionários públicos) dos canais participativos existentes. De outro lado, é preciso perceber que a multiplicação de espaços não parece ter sido acompanhada por uma efetividade destes espaços.

Em termos numéricos cresceram os canais de participação, entretanto, eles têm um caráter hoje muito mais consultivo ou de "escuta" ou diálogo (Teixeira, 2013), com poucas consequências concretas para a transformação política brasileira. É sem dúvida uma participação que inclui, no sentido de trazer novas vozes e perspectivas para o debate político (Young, 2006), mas os arranjos institucionais existentes propiciam mais a formação de um público fraco (nos termos de Fraser, 1992) do que de um público forte. Tem havido debate, mas pouca deliberação. E se não há caminhos para onde canalizar o conflito, ele transborda por todas as partes, gerando insatisfações tanto aos setores mais conservadores (já tradicionalmente refratários a qualquer

processo mais participativo) quanto aos setores mais progressistas. Em parte, podemos entender a polissemia das ruas de junho de 2013 em diante, com setores à esquerda e direita disputando o espaço, e variadas expressões de violência, como resultado desta participação de baixa intensidade. E esse é um aspecto que limita o potencial da participação como processo de formação para a cidadania.

As instituições participativas atingiram a maioria e o ciclo de mobilização de 2013 tornou evidente que hoje elas precisam enfrentar o desafio de se reinventar, adequando suas regras de funcionamento e suas dinâmicas políticas às exigências de um associativismo mais complexo e plural, bem como às exigências de quem quer participar, mas não está organizado (nem se identifica) sob a forma de associações, partidos, entidades, movimentos.

Aos problemas relativos à própria trajetória de institucionalização da participação no Brasil, soma-se um contexto político que tem se traduzido em novos vetos ao avanço da prática e do discurso da participação como forma de conquista e garantia de direitos dos grupos menos favorecidos. Nesta primeira fase da pesquisa, encontramos um ambiente repleto de tensões. A título de exemplo, uma das deliberações da 11ª Conferência de Assistência Social realizada em dezembro de 2017, afirmou que “O Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS deve entrar com representação contra o governo federal junto ao Supremo Tribunal Federal- STF para revogar imediatamente o corte estabelecido para o orçamento da Política de Assistência Social para 2018, que desrespeita a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 12/2017 e revogar imediatamente também a Emenda Constitucional nº 95/2016 que congela o investimento público na área social”.

Dada a correlação de forças bastante desfavorável, o que temos assistido hoje é uma espécie de impasse ou de congelamento do debate sobre a democracia participativa, entendida aqui como o exercício da democracia para além do voto. No contexto pós-impeachment, as avaliações preliminares apontam para um processo que é, por um lado, de desestruturação dessa arquitetura participativa patrocinada pelos grupos que assumiram o poder no Estado e, de outro, de esforços de resistência desde dentro dos espaços dos conselhos às tentativas de desmonte das políticas sociais

Isto pode ser evidenciado pela própria alta progressiva de reprovação que o Governo Temer tem apresentado (atualmente, a taxa é de cerca de 79%⁷) além da crescente dificuldade participativa que tem se apresentado dentro dos Conselhos Nacionais (que podem ser entendidos, de maneira ampla, como instituições de participação política), evidenciadas, como foi apontado acima, pela falta de posicionamentos diante dos diversos contextos de inflexão política. Além disso, a produção acadêmica também aponta para um avanço do conservadorismo e desmonte de direitos, evidenciados também pelas iniciativas de mobilizações sociais realizadas pela sociedade civil, que expressam um descontentamento com o atual contexto e falta de acessibilidade da população nas intervenções institucionais.

Para a renovação deste projeto apresentado ao PIBIC, foi proposta a continuidade desses bancos de dados e a criação de um novo banco de sites de mídias alternativas, com o objetivo de documentar a produção advinda da sociedade civil em si, nesses mesmos contextos apresentados anteriormente. O objetivo será compreender se há referência aos conselhos nacionais e, se houver, em quais termos são retratados, principalmente no que se refere a eventual resistência ao desmonte aos direitos sociais.

5. Conclusões

Com a Constituição de 1988 e a consequente ampliação da participação da sociedade civil na construção de políticas públicas até os governos petistas, foram criados diversos Conselhos Nacionais, que pareciam apontar para um futuro otimista na interação entre instituições e sociedade. Todavia, há um distanciamento presente entre a formulação teórica das instituições democráticas e sua prática.

Após o *Impeachment* da presidenta Dilma, em 2016, o governo de Michel Temer passou a apresentar uma postura reticente diante de qualquer instituição participante, bem como abaixo apoio às políticas públicas implementadas anteriormente. No período analisado, foi possível perceber uma dificuldade das instituições participativas de interferir propriamente na produção

⁷ Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-temer-tem-aprovacao-de-4-e-reprovacao-de-79-diz-pesquisa-ibope.ghtml>>. Acesso em: 12/08/2018.

das políticas e no exercício de seu papel para o qual foram criadas. A crescente taxa de reprovação do Governo Temer pode ser vista, nestes termos, como um resultado das decisões e posicionamentos realizados pelo mesmo, em um período que pode ser visto como de desmonte dos direitos sociais, com consequências profundas na interação participação-institucionalidade, e um avanço do conservadorismo. Isto pôde ser observado, por exemplo, nas mencionadas manifestações contra a atual EC 95, anterior PEC 55/2016: Mesmo com todas as manifestações advindas da sociedade civil, a mesma foi aprovada, o que denota a dificuldade de agência nos contextos de inflexão política conservadora que têm se demonstrado atualmente no país.

Na próxima etapa deste projeto, com análise de posicionamentos advindos de iniciativas realizadas pela sociedade civil, por meio de um mapeamento das mídias alternativas, será possível aferir de que maneira o contexto interfere nesta produção, e se há proximidade ou distanciamento com o que ocorreu com os Conselhos Nacionais.

6. Bibliografia

ALMEIDA, Carla. *A participação política nas democracias contemporâneas: mapeando o debate*. In: MARTELLI, Carla; JARDIM, Maria; Gimenes, Éder (org.). *Temas em Sociologia: Participação política e democracia no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, n. 11, pp. 11-32, 2018.

ALMEIDA, Carla; CAYRES, Domitila Costa; TATAGIBA, Luciana. *Balanço dos estudos sobre os conselhos de políticas públicas na última década*. Lua Nova, São Paulo, n. 94, p. 255-294, Abr. 2015.

ALMEIDA, Debora Rezende de. *Where does participation go? Resistances and changes in repertoires of interaction inside and beyond the National Councils*. In *Latin American Studies in a Globalized World (LASA)*. Barcelona.

AVRITZER, Leonardo. *Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil*. Brasília: IPEA, Textos para Discussão 1739, 2012.

FRASER, Nancy. *Rethinking the Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy*. In: CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: MIT Press, 1992, pp. 109–142.

LAVALLE, Adrian Gurza. *Após a participação: nota introdutória*. Lua Nova, São Paulo , n. 84, 2011 .

LAVALLE, Adrian Gurza; VOIGT, Jessica; SERAFIM, Lizandra. *O que Fazem os Conselhos e Quando o Fazem? Padrões Decisórios e o Debate dos Efeitos das Instituições Participativas*. Dados, Rio de Janeiro , v. 59, n. 3, p. 609-650, Set. 2016.

POGREBINSCHI et al. (2010) *Entre Representação e Participação: as conferências nacionais e o experimentalismo brasileiro*. Relatório de Pesquisa, IUPERJ, 2010.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. *Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Unicamp, 2013.

YOUNG, Iris Marion. *Representação política, identidade e minorias*. Lua Nova, São Paulo, 67: 139-190, 2006.